



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT
59ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2368, sala 101, Edifício Top Tower, bairro Jardim Aclimação.

CUIABÁ-MT, 10 DE DEZEMBRO DE 2016

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

Início: 08h45m

Término: 14h30m

1 PRESENCAS:

1.1 MEMBROS DO CAU-MT: Presidente: WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE;

Conselheiro: FRANCISCO JOSÉ DUARTE GOMES; Conselheiro: JOSÉ ANTÔNIO LEMOS DOS SANTOS; Conselheiro: ALTAIR MEDEIROS; Conselheiro: CARLOS ALBERTO OSEKO JÚNIOR; Conselheira: ELIANE DE CAMPOS GOMES; Conselheiro: JOSÉ DA COSTA MARQUES;

Conselheira: WALESKA SILVA REIS **1.2 EQUIPE DO CAU-MT:** Gerente-Geral: LUCIMARA L. FLORIANO DA FONSECA; Secretaria-Geral: DINÉIA PINHEDO HERNANDES; Assistente Administrativo: THIAGO FERNANDO DA COSTA; **2 ABERTURA DOS TRABALHOS – 1ª PARTE**

EXPEDIENTE: Às 08h45m após a verificação do quórum, o **PRESIDENTE** inicia a reunião com a execução do hino nacional e a leitura da Pauta da reunião, com a inclusão de alguns assuntos. O **PRESIDENTE** faz a leitura dos destaques de correspondência e comenta que recebeu um convite para 11ª reunião Extraordinária da CED-CAU/BR, onde não foi possível o CAU comparecer; o Ofício 61/2016-CAU/BR referente a solicitação de registro de profissionais, de um convênio da Comissão de Relações Internacionais com o CAU/BR e acredita ser interessante a divulgação para os interessados; Ofício 780/2016 do Tribunal Eleitoral de Mato Grosso de agradecimento ao debate sobre a Carta Aberta aos Candidatos a Prefeito e Vereadores elaborada pelo CAU/MT; Ofício 726/2016 AGEM que marca a reunião do CODEM para o dia 15/12/2016 às 08:30hs e encaminha o convite ao Conselheiro José Antônio representar o CAU; Ofício SECID onde a Prefeitura de Ribeirãozinho que indica profissional Arquiteto, como Responsável Técnico na execução de perfuração, captação, tratamento, prevenção interna e distribuição interna de bicas de sistema de abastecimento de água da referida obra, questionando o CAU se o profissional tem habilitação para tal e comenta que vai encaminhar à Comissão de Exercício Profissional avaliar; Ofício ARSEC convocando para reunião no dia 13/12/2016 e solicitou que a Dinéia e a Lucimara façam um Ofício comunicando a alteração dos representantes neste Conselho, sendo as Arquitetas Kátia e Isabella. O **PRESIDENTE** continua com os comunicados da Presidência e comenta que na reunião do Fórum dos Presidentes em que no primeiro dia, foram debatidos os assuntos organizacionais do Conselho e no segundo dia, os encaminhamentos das ações do CAU/BR e dos CAU's UF em decorrência da realização do Habitat III. O **PRESIDENTE** relata que houve um debate intenso sobre o Centro de Serviços Compartilhados – CSC, onde há uma Deliberação Plenária do CAU/BR de contratação de uma empresa para definir o modelo de gestão desse Centro e os Presidentes identificaram a grande dificuldade que o CSC tem na manutenção do sistema, perda de e-mails e outros problemas alertados. Comenta que atualmente, esse Centro é apenso ao CAU/BR havendo a necessidade até de contratação de pessoas. O **PRESIDENTE** aponta que o Fundo de Apoio também foi objeto de Pauta e que há necessidade de um estudo, pois existem reclamações dos CAU's médios, que diante das dificuldades na arrecadação, propõe-se que se faça a distribuição de apoio de acordo com o Imposto de Renda. Relata que houve também um debate sobre o Gespública e o Portal da Transparência sobre a gestão de transparência nas empresas públicas, alinhado com as leis e as diretrizes que facilitam os trabalhos, trazendo a informação de forma mais eficiente. O **PRESIDENTE** relata que no Fórum



estão trabalhando para que haja a criação de uma rede internacional, onde o CAU participe como agregador, trazendo as informações e discutindo os assuntos. Aponta que será trabalhado um cronograma em 2017 e como está previsto o Seminário de Políticas Urbanas, que haja uma integração das Entidades que possam contribuir nas experiências. Relata que o Presidente do CAU/PE comentou sobre a parceria da UFPE com a ONU para o Habitat III e que o mesmo sugeriu para que seja feito um trabalho em Mato Grosso de convênio com a ONU. O **PRESIDENTE** acredita que não é complicado, mas que depende de uma organização com várias Entidades e se construir um ponto de convergência. Comenta que estará no dia 15/12 na reunião Plenária Ampliada do CAU/BR e será no dia do Arquiteto e Urbanista com uma agenda de programação de eventos. A Conselheira **ELIANE** relata que na última reunião da CEP foi abordada a questão da harmonização do CONFEA e CAU e que o Presidente do CREA Juarez solicitou uma reunião e que como assumiu a SMAD, já solicitou também quais seriam as pretensões do CAU. A Conselheira acredita ser interessante esse diálogo e que a Comissão de Exercício encaminhou um Ofício para o CAU/BR solicitando mais informações. Aponta que houve também na reunião, a organização dos palestrantes para o dia do Arquiteto e apresentação da Supervisora de Atendimento Thatielle e do Conselheiro Altair sobre a participação no Seminário de RRT. A Conselheira **ELIANE** relata que participou da reunião do CMDE com a Pauta sobre o diagnóstico do Distrito de Sucuri, que foi criado em 2011 e com o Estatuto da Cidade é obrigatório fazer o estudo geotécnico e social do Município para ser aprovado definitivamente. Comenta que em análise foi concluído que o trabalho encontra-se inconclusivo e o projeto não está finalizado, mas que uma parte do projeto será apresentado em breve. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata que no final do mês passado foi declarado nula a lei de 2014 da criação do Distrito do "Barreiro Branco", devido não ter passado pelo Conselho do CMDE antes. Aponta que em relação ao Distrito do Sucuri, o CAU deve ter uma maior preocupação no CMDE ou da Prefeitura, no sentido da legalidade de um ato que pode estar sujeito a nulidade, justamente por ter faltado a discussão no Conselho. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** sugere um maior aprofundamento desse assunto na CEPUA, pois uma vez que a lei foi criada, não se sabe qual seria o tipo de discussão para auxiliar nos trabalhos e não sabe o motivo de terem anulado apenas a lei do Distrito do Barreiro Branco e não do Distrito do Sucuri. O Conselheiro acredita que esse projeto está sendo sustentado por Construtoras para os estudos e que a CEPUA formulando uma linha de raciocínio baseada nas questões urbanísticas, para contribuição de melhoria. Comenta que como membro do CMDE percebeu que esse assunto não foi muito bem explicado, apresentada a Carta Geotécnica do Distrito de Sucuri e após foi marcada uma reunião da Câmara Técnica, na qual o CAU não tem assento. A Conselheira **ELIANE** aponta que em discussão, um dos Conselheiros na reunião foi contra a aprovação de um projeto sem estar concluído e que a maioria concordou com isso. O Conselheiro **ALTAIR** faz os relatos da reunião da CAF e que foi discutido o assunto da sede e algumas propostas, inclusive a questão do banheiro PNE que não foi feita e o estudo do Regimento Interno e a sua aprovação para o mês de Janeiro/2017. O Conselheiro relata que a Diretoria do CAU deve ter um maior cuidado no trato com os Conselheiros e que as vezes deixa os mesmos "à merce", em relação ao que será relatado na extra Pauta solicitada. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** faz o relato da reunião da CEPUA e que houve a Deliberação de encerramento do Edital de Chamamento Público para os Arquitetos interessados em trabalhar com o CAU e outra Deliberação sobre solicitação de reunião técnica junto a SECID referente ao Relatório da SECID relacionado ao VLT, para explicação e esclarecimento aos membros da Comissão. O **PRESIDENTE** relata que tem a intenção de marcar uma audiência com o Secretário da SECID, pois o mesmo tem anunciado que retomará as obras do VLT e acredita tratar-se de uma Pauta bastante pertinente esta apresentada pela CEPUA. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que esse assunto permaneceu a "sete chaves" e que publicamente esse projeto não apareceu da forma como foi encaminhada ao CAU. Aponta que a ideia não seria gerar polêmica, mas de esclarecer com sentido de auxiliar a população. A Conselheira **WALESKA** faz o relato da CEF e que foram discutidos os novos projetos da Comissão para 2017, a proposta de elaboração de uma Cartilha para o recém-formado, em relação as questões tributárias de um escritório. Aponta que foram deliberados pela Comissão um montante de 351 Registros Profissionais Provisórios e Definitivos no ano de 2016. O **PRESIDENTE** sugere para o próximo ano uma ação ou reuniões com os Coordenadores das Universidades devido as questões de cursos vagos para o interior da UNOPAR e a Conselheira **WALESKA** relata que obteve acesso a essa denúncia que foi



repassada para o Setor de Fiscalização e a Comissão para o encaminhamento a CEP-CAU/BR. O **PRESIDENTE** reforça a importância de um debate com as Universidades para verificar o posicionamento, a orientação para os recém-formados na questão do exercício profissional e esclarecer a eles que o CAU está preocupado com isto, tendo várias alternativas que a legislação fornece. O **PRESIDENTE** acredita que deve ser criada uma força nacional, pois o MEC está autorizando esses cursos, sendo complicado. O Conselheiro **FRANCISCO** relata que representou o CAU na Semana de Arquitetura da UNEMAT, onde foram apresentadas informações sobre a estrutura do Conselho e assuntos da Comissão de Ética e Disciplina. Comenta que em relação as legislações da CED, as mesmas estão sendo revisadas para unificação e melhoramento dos procedimentos. O Conselheiro comenta que para o próximo ano, há um crescente de processos que estão entrando e que a Comissão necessitará de uma equipe mais robusta, devido a questão das oitivas com os profissionais pessoalmente. Acredita que haverá a necessidade de serem marcadas algumas reuniões extraordinárias para cumprir essa demanda. **2ª PARTE – ORDEM DO DIA:** O **PRESIDENTE** comenta que deve ser aprovada a data das reuniões Plenárias e de Comissão do mês de Janeiro/2017, tendo como proposta algumas datas definidas pelas Comissões. O **PRESIDENTE** sugere que seja marcado primeiramente, a data da Plenária e nesta definida a data das Comissões. O Conselheiro **CARLOS** comenta que gostaria de fazer uma compatibilização nas datas, pois diminuirá a sua participação em algumas Comissões e solicita, se possível que as mesmas sejam agendadas com proximidade da reunião Plenária, na sexta-feira ou segunda-feira. O **PRESIDENTE** comenta que no mês de Janeiro/2017 será definido o Calendário do ano e que essa solicitação seja discutida e o Plenário acata. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação, a aprovação da data da Reunião Plenária Ordinária do mês de janeiro 2017 para: dia 14/01 às 08:00hs-Reunião Plenária Ordinária, sendo aprovado. O Conselheiro **ALTAIR** faz o relato do processo de Prestação de Contas do mês de Outubro, onde a CAF constatou que a arrecadação do CAU foi de R\$ 170.858,00, enquanto que as despesas liquidadas somam um total de R\$ 196.966,00; com um *deficit* de R\$ 32.980,00, mas apesar disso houve um *superavit* do acumulado R\$ 316.497,00. Relata que não houve nenhuma falha no balancete do CAU relativo ao mês de Outubro/2016 e o mesmo está apto para aprovação pela CAF. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação, pela aprovação da Prestação de Contas do mês de outubro de 2016-CAU/MT, na forma apresentada nos relatórios e na deliberação da CAF71/2016, do processo 2016.11.001-FIN, que recomenda pela sua aprovação, sendo aprovado com 6 votos, contra 1 do Conselheiro José da Costa que justifica: "Justifico votar contra, porque não concordo da conta fechar negativa. Acho que isso é uma questão que tem que ser revista. Já se tinha essa perspectiva, quando se fez o Orçamento de que não iria ter dinheiro para pagar as contas e já começou a refletir agora. Então, voto contra a aprovação de uma conta com resultado negativo." O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** continua e comenta que se o CAU está fechando no negativo nesse momento, embora se tenha um saldo produzido anteriormente, não acha que seja saudável para o CAU. Acredita que a construção disso vai corroendo a economia, pois não se pode fechar no negativo. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** faz o relato do processo de telefonia celular e comenta que uma das alternativas para rever a diminuição dos gastos com o serviço foi a restrição do uso do celular pelos Conselheiros e alguns colaboradores. Aponta que a CAF analisou e verificou-se que essa economia efetiva realmente não aconteceu, gerando transtornos para os Conselheiros. O Conselheiro relata que a CAF deliberou pela utilização do sistema móvel nos parâmetros anteriores, pois as medidas foram inócuas e não trouxeram os benefícios esperados. O **PRESIDENTE** informa que mesmo não utilizando os telefones existe um custo fixo e se for analisar pode ter uma despesa ao longo prazo e comenta que houve uma redução de 25% e sugere uma análise do novo contrato e do seu impacto no ano. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que na reunião da CAF foi informado aos Conselheiros que não houve nenhuma economia, que foi irrisória e agora na Plenária comunicam sobre esses valores. A Conselheira **ELIANE** confirma que na reunião foi solicitada a presença do responsável pelo contrato e foi informado dessa maneira e o Presidente sugere revisar o contrato. O Conselheiro **CARLOS** sugere então que se mantenha apenas algumas linhas para os Conselheiros Titulares. A Conselheira **ELIANE** relata que foi deliberado pela CAF o estudo de novos planos de Telefonia com a concorrência, sendo apresentado na CAF, mas não aconteceu. O **PRESIDENTE** relata que essa questão está confusa e que não partiu da Presidência o corte desses telefones, somente administrou a questão na tentativa de economizar custos. Comenta que foi relatado que tinha



164. Conselheiro que não utilizava o telefone e tendo custos mensais dos pacotes de contrato. O
165. **PRESIDENTE** comenta que as Deliberações de Comissão devem ser pautadas no que é possível
166 em nível de contrato e o Conselheiro José da Costa aponta que a Secretaria que deve
167 providenciar essas informações e verificar o contrato. O **PRESIDENTE** aponta que a matéria deve
168 ser estudada e analisada pela Comissão para ser aprovada, deliberada e executada quando
169 aplicável. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que a Comissão não aprovou ações contra o
170 contrato e sim solicitou para que a Secretaria tirasse os serviços não utilizados, se manifestando
171 caso não seja possível. O **PRESIDENTE** insiste que uma Deliberação de Comissão prescinde de
172 um debate e de uma análise maior das matérias, pois se for deliberar e não aplicado, foi porque
173 faltou análise. O **PRESIDENTE** sugere que haja demandas para os setores, por exemplo, a cópia
174 do contrato e a Comissão analisar algo que seja possível de ser efetivado. O Conselheiro
175 **CARLOS** relata que houve uma pesquisa da Funcionária Cleia que ligou para cada Conselheiro
176 questionando a utilização do aparelho celular. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** sugere a retirada
177 de pauta desse assunto e uma maior análise da CAF e o Conselheiro **ALTAIR** comenta que diante
178 dessa celeuma, o Pleno tem a condição de resolver e deliberar hoje essa questão. Acredita que
179 ficou ruim essa questão, pois há Conselheiros que precisam do telefone e sugere que todos os
180 Conselheiros Titulares fiquem com os aparelhos. Aponta que se forem delimitadas algumas linhas
181 para os funcionários não teria problema, mas cortar o telefone para os Conselheiros Titulares,
182 então sugere que se corte todos os aparelhos, até o do Presidente. O **PRESIDENTE** comenta que
183 essa não seria a proposta da CAF e sim do Conselheiro Altair, aponta que a questão não seria
184 cortar os telefones, mas analisar a despesa do Conselho e a primeira Deliberação da CAF é clara
185 de que só terão telefone celular os Coordenadores, Gerentes e Presidente, com 50% de Internet.
186 O **PRESIDENTE** sugere voltar a matéria para a Comissão e trazer para a Plenária uma proposta
187 mais consistente. A Conselheira **WALESKA** acredita que é necessário ter o orçamento de duas
188 empresas e o Presidente comenta que trata-se de Licitação, onde são encaminhadas as cartas e
189 os interessados responderem formalmente, tem uma rotina e não ser de forma amadora. O
190 Conselheiro **ALTAIR** insiste com o Plenário de que algumas linhas sejam retomadas, pois o
191 processo licitatório é demorado, tendo alguns problemas, como por exemplo, a operadora VIVO
192 que não tem interesse em atender órgão público e outros impeditivos. Acredita que o CAU ficará
193 mesmo com a operadora CLARO e o Conselheiro que não quiser a linha telefônica que repasse
194 para outro colega. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata sobre um conceito que lhe causa
195 "arrepios" e que seria sobre a verba indenizatória, mas que talvez sirva de sugestão para a
196 Comissão analisar sobre o pagamento de um bônus no valor de, por exemplo, R\$ 200,00, para o
197 Conselheiro pagar essas eventuais ligações. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que a
198 ideia do Conselheiro é boa, mas talvez haveriam problemas em relação a esse repasse e os
199 meios para isso. Sugere que a Deliberação da CAF seja revogada e estudada na próxima
200 Reunião. O Conselho **FRANCISCO** relata que toda a decisão tomada no Plenário, demanda um
201 trabalho a ser efetuado pela estrutura. Aponta que foi deliberada a primeira decisão para o corte
202 dos telefones e agora está sendo proposta sua revogação e sugere que seja estudada a proposta
203 primeiramente. O Conselheiro **CARLOS** sugere que provisoriamente, duas linhas sejam
204 disponibilizadas, uma para o seu uso e outro para o Conselheiro José da Costa, que seriam os
205 únicos Conselheiros que os telefones foram retirados, pois não são Coordenadores. O
206 **PRESIDENTE** relata que até a próxima Plenária, a Gerência e a Coordenadora Administrativa
207 estudem o contrato, façam um levantamento de quem está usando ou não os telefones e
208 apresentem o contrato que está assinado, os custos e outros. O **PRESIDENTE** coloca em regime
209 de votação, duas propostas: Proposta 1-Deliberar a utilização do sistema móvel aos parâmetros
210 anteriores, compreendendo que as medidas de economia foram inócuas e não trouxeram os
211 benefícios esperados; Proposta 2-Manter o contrato vigente com o acréscimo de 2 (duas) linhas
212 de celulares, sendo aprovada a Proposta 2, com 5 votos favoráveis e 2 abstenções. O
213 Conselheiro **ALTAIR** relata que no dia da Reunião da CAF, os funcionários da Assessoria Contábil
214 estavam presentes e comentaram que é de interesse dos mesmos continuar a prestar serviços
215 para o CAU, já que tinham feito uma proposta anteriormente de rescindir o contrato e dar o
216 acompanhamento sem prejuízo de valores. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que a Assessoria
217 Contábil está mais familiarizada com o CAU, pois antes não tinham muita experiência e que
218 gostariam de prestar serviços para o CAU, porém solicitam algumas alterações no contrato. O
219 Conselheiro sugeriu que fizessem essa solicitação e que tenha um parecer jurídico e



220. administrativo para ser enviado para CAF. O **PRESIDENTE** relata que esta confusa essa questão, pois o assunto não se esgotou para vir para a Plenária e que deve ter cuidado para não reduzir
222 contrato sem rever os custos, pois a empresa ganha a Licitação e posteriormente apresenta várias
223 questões para diminuir o trabalho e não os custos. O **PRESIDENTE** aponta que não trata-se de
224 matéria de Plenária tomar essa decisão e o Conselheiro **ALTAIR** comenta que não está pedindo
225 decisão, apenas o conhecimento sobre o assunto e se desculpa pela CAF por ter colocado nesse
226 momento, ultrapassando talvez o Regimento. O **PRESIDENTE** relata que por essas situações,
227 solicita aos Coordenadores que mandem antecipadamente as Deliberações para triagem da Pauta
228 e não ter esse constrangimento. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** faz o relato sobre a Deliberação
229 nº75/2016 da CAF-CAU/MT e comenta que como o CAU não concluiu o processo de aquisição do
230 imóvel e o fato de estar sem um banheiro para atender as pessoas com necessidades especiais,
231 que se adaptasse um e que não ficasse suscetível a uma notificação e até mesmo a questão de
232 responsabilidade por serem Arquitetos. Aponta que como o Conselheiro Francisco, junto com sua
233 empresa já tinha elaborado o projeto, apenas executar o que está pronto. O **PRESIDENTE**
234 questiona que antes existia o entendimento de que não precisava reformar o banheiro e que agora
235 irá ser feito. A Conselheira **ELIANE** relata que fez o curso de Acessibilidade e que por ser um
236 Conselho de Arquitetura e Urbanismo, uma Instituição Federal, já deveriam ter executado e
237 comenta que já houve uma notificação do Ministério Público a uns 3 anos atrás. Comenta que não
238 pode usar apenas o banheiro do térreo do prédio, sem reformar o do CAU. O **PRESIDENTE** relata
239 que esse assunto já foi esgotado e o que aconteceu foi um retardamento na questão do *layout*,
240 pois pensava-se em comprar o imóvel, comenta que o *layout* existente não prevê alteração no
241 banheiro devendo fazer esse ajuste. O **PRESIDENTE** comenta que no projeto de instalação do
242 setor da informática tem que ser concluído primeiro o *layout* e o Conselheiro **JOSÉ DA COSTA**
243 relata que a CAF só está fazendo o encaminhamento do banheiro. O **PRESIDENTE** sugere que
244 seja trabalhada tanto a adequação do banheiro, quanto o *layout* do Conselho. O Conselheiro
245 **ALTAIR** comenta que o Presidente foi deselegante, pois as pessoas estão dando opinião sem
246 pedir a palavra, sem inscrição e que está pedindo a palavras por volta de 3 a 4 vezes e o
247 Presidente não concedeu a palavra. Comenta que a questão da sede deve ser bem falada e que
248 realmente a CAF deliberou pela reforma do banheiro e que havia alertado a muito tempo. O
249 Conselheiro **ALTAIR** discorda do Conselheiro José da Costa que apenas reformar o banheiro não
250 é suficiente e que esse *layout* existente também tem que ser revisto, pois não comporta uma
251 Plenária no CAU. O **PRESIDENTE** comenta que gostaria de mais objetividade, pois a Pauta é
252 sobre o banheiro PCD, pois abrir a discussão do local de Plenária nesse momento fica confuso. O
253 Conselheiro **ALTAIR** aponta que tudo está confuso, pois sempre foi contrário a realização da
254 Plenária e que houve reclamações do microfone, por exemplo, de quem está ouvindo para relatar
255 a Ata. O **PRESIDENTE** comenta que isso trata-se de uma questão administrativa, não
256 necessitando polemizar em uma Plenária e o Conselheiro **ALTAIR** aponta que arrumar o banheiro
257 PNE, a sede continuará ruim. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** concorda com o Conselheiro José
258 da Costa que trouxe a proposta apenas do banheiro, pois se for fazer um acréscimo do *layout*,
259 não ficará claro para a CAF. O **PRESIDENTE** comenta que o problema seria de que a proposta
260 está vinculada a empresa *Ambienty* e tem-se duas versões de projeto, onde uma versão não foi
261 aprovada, mas pode ser adequada com a questão do banheiro. O **PRESIDENTE** relata que não
262 está discordando da proposta da reforma do banheiro, mas está querendo vincular em qual
263 projeto será executado. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que a instituição está precisando de mais
264 espaço e tem que pensar melhor esse *layout* e aprová-lo por inteiro. Aponta que devem pensar
265 melhor, pois não comprarão a sede e arrumar as questões da Plenária, do banheiro e da
266 informática. O Conselheiro **FRANCISCO** relata que esse *layout* que estão conversando já foi
267 aprovado, encaminhado e serve de base para o projeto da informática, mas com banheiro comum,
268 pois tinham entendido que o do prédio resolveria a questão do CAU. Aponta que pode ser
269 ajustado sim, nos moldes do que foi aprovado pela CAF. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta
270 que não entende a dificuldade, pois tirando as adequações no banheiro, o restante seria apenas
271 colocar as divisórias e o Presidente relata que tem uma versão do projeto que prevê a quebra de
272 paredes. Aponta que ficará com a proposta inicial do Conselheiro José da Costa do banheiro e
273 para o próximo ano fazer a análise do *layout*. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação, para
274 que seja realizada a reforma do banheiro aos critérios técnicos para atender pessoas com
275 deficiência (PCD), na forma do projeto elaborado pela empresa *Ambienty* e aprovado na primeira

4 5



gestão do CAU/MT, sendo aprovado com 6 votos favoráveis e 1 voto contrário do Conselheiro Altair que justifica. A proposta não atende a funcionalidade do Conselho". O Conselheiro **ALTAIR** segue com o assunto da revisão do Regimento Interno e comenta que solicitou que fosse encaminhada para todos os Conselheiros a cópia por *e-mail*. Aponta que o Regimento Interno tinha sido encaminhado para o CAU/BR para análise, sendo feito alguns apontamentos e sugestões, algumas negativas que não deveriam ser colocadas. Comenta que após isso, a CAF analisou o Regimento integralmente, analisando o que poderia ou não ser cortado e ser acatado como sugestão. O Conselheiro **ALTAIR** relata que, por exemplo, a questão da votação do Presidente solicitaram para ser secreta, mas na lei 12.378 não prevê isso e que se basearam pelo Regimento Interno do CAU/BR. Aponta que a CAF não concordou, pois os CAU's UF são independentes para formularem os seus próprios Regimentos. Comenta que verificou os Regimentos dos outros CAU's e que não estão aprovados. O Conselheiro aponta que sugeriu um "enxugamento" na estrutura por questão de economia e que o CAU/BR sugeriu que a Comissão de Ensino fosse fundida com a Comissão de Exercício, mas que nos outros Regimentos dos CAU's UF as Comissões estão separadas. O Conselheiro **ALTAIR** relata também que o CAU/BR sugere que os Conselheiros participem de no máximo 2 (duas) Comissões, sendo inviável para o CAU/MT. Aponta que solicitou o corte do Conselho Diretor, pois são assuntos muito paralelos com as Comissões e a Plenária. Comenta que a princípio defendeu a sua criação, mas em análise apenas os CAU's grande o possuem. O Conselheiro comenta que a CAF fez uma revisão parecida com a do CAU/BR e que houve um questionamento da Conselheira Eliane referente ao Conselho Diretor para mantê-lo e restringindo o número de Reuniões. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que continua discordando pela permanência do Conselho Diretor, mas que continua no Regimento Interno analisado pela CAF. O Conselheiro questiona como procederão para ser ter um consenso hoje referente ao Regimento. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** complementa o que foi colocado pelo Conselheiro Altair da sugestão de fundir as Comissões CEF e CEP e justifica que teria prejuízo para os objetivos do CAU. A Conselheira **ELIANE** comenta que sobre o Conselho Diretor, acredita que o Presidente tenha a resposta do que cada Comissão está trabalhando e também propor o que está faltando, sendo importante. O **PRESIDENTE** acredita ser mais enriquecedor analisar artigo por artigo do Regimento vigente, o Regimento analisado pelo CAU/BR e o Regimento analisado pela CAF, ficando mais dinâmica essa aprovação. Aponta que os Conselheiros haviam se apegado a apenas alguns pontos e assim, não fica claro todos os questionamentos que foram alterados. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** é favorável a sugestão do Presidente e questiona se essa versão já foi encaminhada para Brasília/DF e o Conselheiro **ALTAIR** responde que não. O Conselheiro **FRANCISCO** também concorda e em relação as sugestões feitas pelo CAU/BR que não serão acatadas pelo CAU, que seja encaminhado ao Jurídico para parecer. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** acredita que deve ser feito o encaminhamento para a Secretaria formatar e fundir os documentos, para que haja mais facilidade para a leitura dos Conselheiros, pois é um texto muito longo. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que nesse documento final já poderia solicitar o parecer jurídico. O **PRESIDENTE** concorda e comenta que nesse caso não haverá uma votação do Regimento, somente fazer os encaminhamentos, junto com o parecer jurídico. O Conselheiro **ALTAIR** acredita que cada um poderia fazer a leitura e a comparação dos Regimentos e o **PRESIDENTE** comenta que será feito esse trabalho, mas em um mesmo plano para melhor visualização dos artigos. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação, o encaminhamento do arquivo à Secretaria para fundir o arquivo do Regimento Interno aprovado pelo Plenário do CAU/MT, com as recomendações do CAU/BR, acrescidas das propostas da CAF e os pareceres do Jurídico, sendo aprovado. O **PRESIDENTE** recomenda à Secretária Dinéia providências urgentes dessa fusão dos 3 textos, de forma a repassar aos Conselheiros com prazo para ter tempo de analisá-lo. A Conselheira **ELIANE** faz o relato da proposta da criação de uma Comissão para a elaboração do evento EDIFICAR 2017, não sobrecarregando apenas a CAF e o Presidente e estabelecer prazos para as palestras, os palestrantes, os cursos e como será a participação do CAU. O **PRESIDENTE** sugere um estudo do Orçamento para o evento e que a composição da Comissão permaneça em aberto, para que os Conselheiros Suplentes participem também. Relata que o CAU sempre participou dessa Feira, sendo importante, mas solicita que a Comissão proponha mais "enxuta", pois no último evento o estande foi muito caro. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que o CAU é desconhecido para o público e esse tipo de Feira é importante devido seu grande porte e que provavelmente terá como proposta o "Cuiabá 300



anos. A Conselheira **WALESKA** comenta que fica receosa com o estande por ser tão oneroso, tendo outras formas de divulgar o Conselho. O **PRESIDENTE** sugere o estudo do recurso para viabilizar ou não essas questões e o Conselheiro **ALTAIR** comenta que na revisão do Orçamento deve ser prevista essa participação. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação, pela criação de uma Comissão Temporária para definições do Evento EDIFICAR 2017, sendo aprovado. A Conselheira **ELIANE** relata que a CEP deliberou pela homenagem no dia do Arquiteto aos colegas profissionais Eduardo Cairo Chiletto, Mário Gomes Monteiro e José Afonso Botura Portocarrero. O Conselheiro **JOSÉ ANTONIO** relata que acha justa essa homenagem e sugere que seja feita pelo conjunto da obra em promoção da Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso, pois são profissionais que possuem um trabalho vasto em diversas áreas. O **PRESIDENTE** faz a leitura dos textos das homenagens aos profissionais e o Plenário faz os últimos ajustes e visualizam o modelo da Placa que será entregue aos homenageados. O Conselheiro **CARLOS** solicita a possibilidade de fazer a entrega da Placa diretamente ao Arquiteto Eduardo Cairo Chiletto, por agradecimento desde a sua época na Universidade. O **PRESIDENTE** relata que não tem nenhuma objeção e tinha escolhido uma representação mais institucional, um papel do Presidente para eles, sendo bem mais simbólico a Presidência do CAU/MT homenageá-lo. Comenta que não tem problema de após a entrega, o Conselheiro Carlos fazer uma fala para o homenageado, pois há a simbologia do apoio do CAU representado pelo seu Presidente e não por um Conselheiro. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** sugere que se faça uma fala na entrega das Placas e que seja por um Conselheiro. O **PRESIDENTE** comenta que gostaria de entregar essa Placa pessoalmente para o Arquiteto Eduardo Chiletto, devido a forma em que as coisas aconteceram e de como ele foi exonerado da Secretaria, sem remanejá-lo ou aproveitá-lo em outra função, então sendo importante o apoio institucional, representado pela Presidência. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação, pela homenagem aos Arquitetos e Urbanistas: Eduardo Cairo Chiletto, Mário Gomes Monteiro e José Afonso Botura Portocarrero, sendo aprovado. O **PRESIDENTE** relata sobre a campanha para o dia do Arquiteto do CAU/BR e apresenta a arte elaborada para os *Busdoors* e *Outdoors* do CAU/MT com base neste material, complementando com a homenagem do Conselho. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** achou a campanha absolutamente política, distante da realidade e generalista. O **PRESIDENTE** sugere que seja feito um debate sobre, pois na segunda-feira de manhã será encaminhado para a Gráfica e divulgar e o Plenário faz os ajustes nos textos, finalizando com a frase: "O Arquiteto e Urbanista melhora o nosso lugar no mundo. Homenagem ao dia do Arquiteto." A Conselheira **WALESKA** relata que em relação as cidades ficou definido: 2 *Outdoors* em Cuiabá/MT; 1 em Várzea Grande/MT; 1 em Sorriso/MT; 1 em Sinop/MT; 1 em Rondonópolis/MT; 1 em Tangará da Serra/MT e 1 em Cáceres/MT, totalizando 8 para o dia do Arquiteto e Urbanista. O **PRESIDENTE** encerra esse assunto e passa para o Conselheiro **ALTAIR** fazer seu comunicado. O Conselheiro relata que trata-se de um assunto pessoal e importante que envolveu também o nome do CAU. O Conselheiro **ALTAIR** explana sobre o seu envolvimento com a Caixa Econômica onde trabalha e a posição que o CAU tomou, consternando o seu descontentamento da forma como o CAU reagiu sobre o assunto e coloca até como uma nota de repúdio por parte da Direção. Relata que trabalha na Caixa Econômica há 16 anos de muita luta, enfrentando o Estado inteiro de ônibus da TUT, para Colniza/MT, Cotriguaçu/MT, Aripuanã/MT e outros cantos. Aponta que ser de um Conselho, onde trabalha com ideal e ter uma resposta dessa, sem o Conselho ao mínimo o chamar para explicar uma situação que saiu na mídia. O Conselheiro **ALTAIR** acredita que foi uma afronta da Direção em mandar um Ofício para a Caixa Econômica e faz a leitura do documento: "Ao cumprimentá-lo, vimos apresentar-nos como Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso, solicitamos dessa Instituição informações sobre a publicação que envolve o Conselheiro Arquiteto e Urbanista Altair Medeiros, sobre indícios de fraudes na Minha Casa, Minha Vida no Estado." O Conselheiro relata que isso desconsidera o seu trabalho feito no CAU, simplesmente por um motivo de um jornalista que trata na mídia, na forma que eles querem, pois têm uma lei que os amparam de liberdade de expressão, muito discutida. O Conselheiro **ALTAIR** relata que seu contrato com a CAIXA é de pessoa jurídica e infelizmente em um dos contratos teve esse problema, uma infelicidade de cometer um erro técnico por questões da Construtora agir de má-fé. Comenta que quando saiu essa notícia no site, teve o apoio de alguns colegas do CAU, dos Conselheiros Libânio, Oseko e José Costa Marques, que até se propuseram a ajudá-lo na defesa técnica, mas por parte da Direção, ao invés de chamá-lo e questioná-lo, já que a mídia estava solicitando uma posição do CAU, não fizeram e foram pedir para a CAIXA. O Conselheiro **ALTAIR**

7



comenta que na última Plenária tinha se ausentado por alguns minutos e felpida a resposta da CAIXA sem a sua presença, poderiam ter o chamado. Aponta que com relação ao que está escrito e quem não o conhece, fica claro que houve recebimento de propina, mas que está respondendo pela Justiça através da empresa, que até o momento não o acusou de nada e foi a Construtora que agiu de má-fé e que na correria, apesar de não ser a primeira vez que fez esse trabalho. Comenta que ela fez com diversas obras e o erro que cometeu, outros profissionais também cometeram e a própria Caixa Econômica por ter liberado dinheiro por obras não executadas. O Conselheiro relata que essa obra do "Minha Casa, Minha Vida" tem valor único e tinha um percentual executado e que vai para conferir isso. Aponta que o formato da CAIXA é muito discutível, sendo uma conferência visual e por amostragem. O Conselheiro **ALTAIR** relata que com relação a isso, os senhores podem ficar tranquilos e que não foi procurado por ninguém, dispensa até carona de empreiteiro por questão de segurança e enfrenta ônibus desconfortáveis. Comenta que quando um Conselho que o conhece toma esse tipo de atitude, fere a relação, pois é possível desconfiar, mas com crédito de confiança. Acredita ser uma maldade e que a mídia não procura o bem. O Conselheiro comenta que em síntese solicita desse Conselho, que tenha um pouco mais de sensatez na hora de tratar certos assuntos, com referência ao Pleno e a cada Conselheiro, pois quando sua moral e honestidade é colocada em "cheque", faz com que toda sua estrutura e educação sejam abaladas. O **PRESIDENTE** abre a palavra e o Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** se solidariza com o Colega e Conselheiro Altair e gostaria inclusive que o Presidente que representa a Casa, tivesse um momento de reflexão e visse que houve um exagero e também o Vice-Presidente. Concorde que ele deveria ter sido ouvido sobre o que aconteceu e somado a essa coisa intempestiva de ter tomado essa atitude de perguntar claramente sobre "fraude" no processo. Aponta que o Conselheiro Francisco também cometeu um erro grave e na ausência do Conselheiro ler algo que é de seu interesse. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que se solidariza completamente e com qualquer um dos outros presentes, como já fez defendendo o Conselheiro Carlos Oseko, que também por apenas uma questão virou em uma celeuma enorme. Aponta que são atitudes que não são agregadoras e que a equipe tem que ser unida em prol a um objetivo comum, sendo atitudes destruidoras. Relata ao Conselheiro Altair que quem tem honra e o que ser preservado fica da forma como ficou, ofendido e magoado, sendo um golpe na sua moral de uma acusação leviana de um Jornalista, que poderia ser resolvido de uma forma de espírito de liderança e não foi. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que houve erro e espera que o bom senso ilumine, para que se tome uma atitude reparadora, já que o mal está feito. O **PRESIDENTE** corrigi, pois não foi o Conselheiro Francisco que fez a leitura do Ofício, sendo o próprio e se deparou da ausência do Conselheiro Altair apenas no final da leitura do documento, pois estava no andamento dos trabalhos lendo as correspondências e não observou o Pleno. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** se manifesta e comenta que em nenhum momento aquela reportagem e talvez por isso não se manifestou pessoalmente na época, que não tirou nenhuma linha da visão que tem do Conselheiro Altair enquanto profissional sério. Relata que escreveu um Artigo sobre o Francenildo caseiro do Palocci, o Igor que denunciou a questão do VLT e o Ministro da Cultura Calero que denunciou a questão do edifício em Salvador/BA, que mostraram a situação da ética que ainda existe e que no Brasil existem muitos desse tipo de pessoa e que fez uma comparação do "civilizados como um bárbaro revestido com uma carapaça chamada ética". Comenta que são valores que deixam uma couraça dura e acredita que todos os componentes desse Conselho, não deram muita importância a essa matéria e tem certeza que tudo foi uma irresponsabilidade de alguém e que será reparado, mas se não for, a sua figura por quem te conhece continuará do mesmo tamanho que tinha antes, ou senão maior. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** acredita que o Ofício que foi encaminhado e até a forma como se faz uma leitura, com outra entonação, não houve a intenção em agredir um colega. Aponta que queria renovar a sua confiança pelo Conselheiro Altair e que essa matéria foi tão pequena e diante da sua figura, não arranhou nenhum centímetro do seu verniz ético que considera que o mesmo tem. O Conselheiro **FRANCISCO** comenta que a colocação que o Conselheiro Altair fez, entende-se que é duro ver uma publicação quando se sabe que não tem culpa do que está sendo falado. Aponta que institucionalmente, o Conselho deveria tomar uma posição de indagação e muitas vezes essa visão do que é feito aqui, torna-se extremamente publicizado, pois foi uma ação interna. Comenta que assinou o documento na ausência do Presidente Wilson, mas cabe a toda a Instituição buscar informações, devido a uma publicação que foi feita na mídia. Lembra o Conselheiro Altair que na sequência dessa carta, sentou-se com o mesmo e conversaram sobre isso, tentando entender. O Conselheiro **FRANCISCO** comenta que tem um relacionamento profissional com o Conselheiro



Altair de muitos anos, prestando serviços e nunca houve nenhum problema que o desabonasse, com muitos anos de Caixa Econômica. Aponta que institucionalmente a mesma tem que buscar os fatos e imagina que tenha sido complicado ver a divulgação dessa notícia, mas com certeza tudo vai ser resolvido e explicado, com o caminhar dos acontecimentos. O Conselheiro **FRANCISCO** comenta que não houve nenhuma publicidade do Conselho, de ir a público condená-lo, pois o CAU não tem esse papel e que também tem sido acusado de prejudicar profissionais, com a justificativa de que “quero aparecer”. Aponta que nenhum momento fez ação que levasse profissionais a serem mal falados e que são questões do Conselho que devem ser vistas internamente, mas que não podem deixar de serem vistas. O Conselheiro **ALTAIR** responde o Conselheiro Francisco e comenta que o seu descontentamento, foi pelo simples fato de mandarem o Ofício para a Caixa Econômica, antes de o chamar e que conversaram depois. Comenta que é essa questão que o deixa descontente, porque se sair na mídia informações de qualquer Conselheiro, vai indagar a pessoa e não na Prefeitura de Sorriso/MT, na UNIC ou na Caixa Econômica. Aponta que a forma que foi conduzida de ter atropelado que motivou e peça que o Conselho tome cuidado e que decisões sejam tomadas pelo Pleno. Comenta que se a Instituição tem que ser acima, que se dê uma resposta que não seja isolada, primeiro verificar quem está envolvido na situação e depois traga para o Conselho, mas com base nas informações corretas. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que a humildade, que tem para admitir um erro, mas se ficar por cima e não tiver essa qualidade, pode considerar que não seja uma qualidade, mas isso é respeitar quem está aqui e quem está ali e considera que esse ato foi errado, pelo simples fato de ter perguntado à Caixa Econômica sem o ter consultado. O Conselheiro **ALTAIR** aponta que sua posição política é “de esquerda” e vota em partido que tem o “T” do trabalhador e não de “patrão”, não importando que o Partido tenha corruptos, porque no caso são pessoas erradas que estão ali. Comenta que estão de passagem no CAU e outras pessoas também passarão e que acredita no programa de Governo. Acredita que o que foi feito no PT e tirando todas essas pessoas, a essência do plano de Governo para trazer uma melhoria para todos continua e portanto continua aqui o que pensam e o que admitem ou não, se fizeram a coisa errada, vai de cada um. O Conselheiro **ALTAIR** afirma o seu protesto e o seu repúdio contra essa ação da Diretoria. A Conselheira **WALESKA** relata sobre várias ações que acontecerem esse ano, sendo um ano bem difícil no Conselho. Comenta que particularmente está bem cansada e pensa se vale a pena deixar seu escritório e sua família em Sorriso/MT para vir para o CAU. Aponta que no ano passado foi bom, estavam todos unidos e que esse ano teve provocações e divisões. Comenta que está faltando coleguismo e companheirismo e sente falta disso dentro do Conselho. A Conselheira **WALESKA** comenta que está chateada e concorda que deveriam ter chamado o Conselheiro Altair e que está bastante desanimada com o Conselho. Aponta que a abertura de um processo não significa que seja culpado e entende a parte da Diretoria de ter pedido esclarecimento, mas realmente deveriam ter conversado e espera que no próximo anos as coisas melhores e que façam alguma coisa que mostre para que estão no Conselho. Comenta que o Conselheiro não tem que ter vergonha e provará na Justiça o que é e o que não é. A Conselheira **ELIANE** relata que acredita na inocência do Conselheiro **ALTAIR** e que até o processo finalizar todos são inocentes e cabia ao Conselho fazer o questionamento, mas que deveriam o ter chamado para conversar antes. Comenta que pode até pedir desculpas em nome da atitude e que quando foi questionada, não se ateu a perguntar se tinha questionado o Conselheiro Altair e que apenas falou que até o final do processo é inocente. Relata que conhece o Conselheiro Altair desde que chegou em Cuiabá/MT, sendo um dos primeiros profissionais que teve contato. O Conselheiro **CARLOS** comenta que mesmo que tivesse 0,1% de chances, não conversaria e nem teria vínculo e disso não faz desperdício de energia em pensar isso do Conselheiro Altair, pois as famílias se conhecem e isso a muitos anos. Reforça não somente a falta do diálogo antes do documento, que foi uma falha sim e que existe esse reconhecimento, mas que bom que não houvesse outras, até de fatos antecedentes que não mencionará para tentar manter a unidade. O Conselheiro aponta que alguns profissionais acham que existe um conluio e discorda totalmente disso e faz das palavras da Conselheira Waleska as suas. Comenta que existem problemas e soluções e que a única palavra é o diálogo e que sua ausência pode gerar crises e até uma possível guerra. Aponta que a questão de liderança política é um fator muito importante e que a defesa foi verdadeira do Conselheiro Altair como ser humano. O Conselheiro **CARLOS** comenta que sinceramente não sabe o que acontecerá no evento da próxima semana, como não soube de outros fatos que aconteceram de projetos que foram alterados e outros mantidos, mas não veem ao caso. Aponta que todo problema tem solução e reafirma a sua confiança no Conselheiro Altair. A Conselheira **ELIANE** comenta que em relação ao



relato da Conselheira Waleska, chegou em uma fase de querer abandonar o Conselho, pois tudo o que tentavam fazer não era aprovado. Aponta que sobre o evento não podiam deixar de fazer e de acontecer, comenta que verifica a falta de envolvimento dos Conselheiros e até mesmo quando reclamam da divulgação e da publicidade. Comenta que tem feito divulgação em suas mídias e que quase nenhum Conselheiro compartilha e só reclamam. O Conselheiro aponta que todos precisam apoiar, senão os trabalhos não caminham. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que cabe ao Presidente Wilson unir o grupo em torno de um objetivo e aponta que depois de 2 anos vai conseguir aprovar a "privada" que vão reformar, pois o Presidente não apoia os projetos de ninguém e que não é pró-ativo e destrói o projeto. Comenta que no ano passado tentou organizar a festa em comemoração ao dia do Arquiteto, mas foram retiradas todas as solicitações e esse ano a "Aspa" está fazendo uma festa enorme, sem dinheiro, somente com ajuda das pessoas. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que o CREA também está fazendo uma festa enorme, não sendo nem a questão da festa em si, mas sim da união. Comenta que faz uma crítica diretamente e relata que o Presidente e o Conselheiro Francisco se fecharam dentro de algo, onde o talento não é somado e que todos são talentosos, criativos e pró-ativos e estão destruídos dentro do Conselho. Relata que não conseguiram implementar nenhum projeto e que a crítica é bem vinda no sentido de ajudar a Instituição e que cada vez mais está desestimulado. Comenta que a Conselheira Waleska apontou um problema, a Conselheira Eliane também está se sentindo sozinha e também está desestimulado de apresentar qualquer projeto, pois sabe que será banido. O Conselheiro comenta que a Casa está desmoronando e será que terão forças para mais 1 ano e que essa crítica foi direta, mas construtiva e acha que o Presidente tem experiência e maturidade para isso de unir as pessoas em torno dos projetos. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que não tem pretensão em conseguir uma vaga na política e que o Presidente é o líder da Casa, mas para ser líder a condição da liderança tem que coexistir, pois está tendo divergência e brigas. Aponta que entrou muito motivado em fazer várias coisas, mas nada saiu do papel, com resistência e fica essa crítica que não é negativa, é positiva, pois as coisas podem melhorar, mas precisa de uma ação para unir os projetos e chegarão no final da Gestão sem produzir nada. O **PRESIDENTE** relata que concorda com a Conselheira Waleska em relação a questão do desrespeito de Conselheiro para Conselheiro e acha que como estão dentro de uma Instituição e que isso foi esquecido por várias vezes e que constatou por várias vezes interesses pessoais, não de Colegiado. Comenta que muitas vezes as decisões de Comissão que chegam não tem consistência e que tem uma experiência muito grande em trabalhar com Empresa Pública e com Gestão, com imagem e todas que envolvem o Conselho. Acredita que a situação começou a arruinar-se com essa festa mencionada pelo Conselheiro José da Costa e que ano passado começou isso e que o ponto era que o CAU não poderia colaborar com dinheiro, tendo esse entendimento no momento. O **PRESIDENTE** relata que a única objeção era a questão do dinheiro e que concordou com a festa e a feijoada e que o Conselheiro encaminhou um contrato do "Baracat" que tinha participação dos lucros. Comenta que pelo tempo e a complexidade do evento foi difícil tomar uma decisão e sua decisão foi a mais conservadora possível. Aponta que não houve uma estruturação do Conselheiro, sendo feito um orçamento que chegou aos R\$ 80 mil, não tendo como fazer por esse valor e comenta que na Prestação de Contas houve uma crítica a Gestão, pois o dinheiro da aplicação financeira foi gasto e com todo o seu esforço de economizar e que foi criticado por isso. O **PRESIDENTE** comenta que traz para a sua responsabilidade e tem essa missão e que lamentavelmente vai assumir que não foi forte o suficiente para unir, porque é muito desunido, sendo um esforço desumano essa união. Aponta que outro embate foi do Regimento Interno, pois mais uma vez o interesse pessoal prevalecendo o interesse da Instituição, pois os resultados das discussões não são aceitos na Plenária e que o Conselheiro Altair fez sua consideração no dia da Plenária e um mês após mudou para ficar contra o Presidente. O **PRESIDENTE** relata que por diante vieram desdobros e questionamentos, comenta que o Conselheiro José da Costa teve uma exposição pública que foi relevada enquanto Conselho, pois apresentou suas justificativas e o CAU tinha uma certa inexperiência para lidar com a situação, mas que agora os caminhos são outros, pois há casos na mídia e pensa que o Presidente tem que preservar a Instituição. Aponta que trouxe em Plenária, por iniciativa própria, o que saiu na mídia. O **PRESIDENTE** relata que na sequência houve a questão do Conselheiros Carlos, onde mais uma vez a Instituição foi colocada em "cheque" e então foram atacados de várias formas e cabe ao Presidente trazer para discussão essas situações para preservar o Conselho. Comenta que fez uma defesa do CAU no Conselho das Cidades, por conta de maldade que foi cometida contra o CAU, mirando o Presidente, com gravação de vídeo, de conversa que saiu de um "grupo de whatsapp" só de



556 Conselheiros, somente para atacar a pessoa. O **PRESIDENTE** comenta que vir agora e fazer um
558 discurso que o Presidente é responsável é fácil e solicita que todos coloquem os pés no chão e vejam
559 realmente onde o Presidente falhou, onde os Conselheiros exacerbaram, Suplentes que não estão
560 presentes fazendo coisas fora do Conselho...O **PRESIDENTE** relata que a defesa feita foi do
561 Conselho e que foi cumprimentado pelo Cláudio, pelo Dr. Carlos do MP, pela Arquiteta do Ministério
562 das Cidades, tanto pela fala do CAU, quanto pelo que apresentou no Conselho. Comenta que na
563 viagem que fez, embora muitos falaram que estava a passeio, trabalhou muito, pois em Quito era das
564 8 da manhã até noite, evento e reuniões para produzir coisas no Estado e que traz as coisas a nível
565 de Conselho. O **PRESIDENTE** comenta que em relação ao problema do Conselheiro Altair, quando
566 saiu a primeira matéria no jornal, conversou com a Conselheira Eliane que disse para não dar muita
567 importância em nota de jornal e que acatou. Relata que passado alguns dias, saiu outra matéria
568 enorme e consistente no jornal "A Gazeta", relatando todo o problema que essa Construtora causou
569 aos moradores de Várzea Grande/MT, mas que não mencionava o nome do Conselheiro. Após, saiu
570 uma terceira matéria que falava da região de Sinop/MT e do Conselheiro Altair e que ligou para o
571 Conselheiro Francisco para tomar providências de buscar informações, pois as mesmas eram
572 somente de jornais. O **PRESIDENTE** relata que entende a dificuldade do Conselheiro Altair e que não
573 é fácil e que nunca gostaria de estar nessa situação, de ter essa exposição, de se defender e a ideia
574 foi recorrer a Caixa Econômica pelas informações. Comenta que foi uma falta de compromisso da
575 própria CAIXA em dizer que o assunto está na Justiça e que poderia ter se explicado. Aponta que se a
576 fraude existe deve ser da empresa, que foi a única beneficiada e está claro, recebendo dinheiro de
577 obras que não executou, não sendo o relatório do Conselheiro, mas um rol de relatórios que a CAIXA
578 pagou. O **PRESIDENTE** comenta que ouviu um comentário, em que o Conselheiro Altair foi tratado
579 até como Engenheiro e que não é. Aponta que o CAU foi bombardeado por apenas seguir as normas
580 e o Código de Ética, mas uma exposição dessa magnitude poderia ser o fim do Conselho e cabe ao
581 CAU questionar a CAIXA sobre as acusações e qual argumento. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA**
582 comenta que não foi questionado isso e sim sobre a participação do Conselheiro Altair nos indícios de
583 fraude no "Minha Casa Minha Vida", sendo uma interpretação errada e o que se espera, é que o
584 Presidente reconheça de que isso está errado e que o Presidente continua errado, querendo defender
585 uma posição errada. O Conselheiro relata que tudo o que o Presidente falou não tira a dor do
586 Conselheiro Altair, pois o que mais o ofendeu não foi a Imprensa, mas a atitude do CAU e isso está
587 errado e o Presidente tem que reconhecer. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que não vai ficar
588 mais escutando esse tipo de conversa, pois o que tem que fazer é reconhecimento, de que esse
589 Conselho está destruído e a condução do Presidente é péssima, pois cabe ao mesmo fazer o sucesso
590 dessa Casa, que se o tiver, palmas, e se não tiver, vaias. O Conselheiro comenta que é preciso apoio,
591 respeito, apoio aos projetos e isso não tem. Aponta que o Presidente tem que admitir isso para mudar,
592 pois senão as coisas continuarão do mesmo jeito. O **PRESIDENTE** comenta que quando o Ofício
593 partiu para obter esclarecimentos do Conselheiro, não foi ofensivo e que quando a matéria saiu, o
594 Conselheiro poderia ter recorrido ao CAU e o Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que a CAIXA
595 respondeu bem em não dar informações ao Conselho, dando uma lição de moral em quem mandou
596 essa carta, dando um "tapa na cara do CAU" quando comentou que tudo estava no processo.
597 Comenta que o Presidente está defendendo a carta e fala que a CAIXA foi deselegante, sendo
598 exatamente o contrário. O **PRESIDENTE** relata que a CAIXA deveria explicar o que aconteceu e o
599 Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que o que foi perguntado: "Ele roubou?". O **PRESIDENTE**
600 responde que não entende dessa forma e o Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** entende que sim, pois o
601 correto seria pedir informações sobre o processo e está errado. O **PRESIDENTE** aponta que a
602 pergunta não é condenatória, sendo apenas para esclarecer um fato que envolve o nome dele. O
603 **PRESIDENTE** acredita que o Conselheiro Altair está envolvido, pois ele falou que cometeu um erro,
604 mas que não tem nenhuma informações concreta em mãos e que não está condenando e nem
605 fazendo juízo de valor. Aponta que a pergunta poderia ter sido feita de outra maneira, mas não que
606 essa está condenando o Conselheiro Altair. Esclarece que foi na terceira matéria na mídia que o CAU
607 tomou a atitude de buscar informações. O **PRESIDENTE** questiona que o Conselheiro Altair não falou
608 em Plenária, não trouxe os laudos e o Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** questiona que o Presidente está
609 propondo que o Conselheiros Altair se defenda com laudos e que ele não tem que trazer laudos para
610 o Presidente e questiona se isso é uma inquisição? O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que não
611 cabe ao CAU pedir para Conselheiro trazer laudos e que isso é um absurdo e o **PRESIDENTE**
comenta que ele poderia ter trazido para conversar na Plenária. O **PRESIDENTE** comenta que o



614 Conselho está questionando somente o caminho de ida e não o de volta, pois existiu possibilidade
615 do Conselheiro conversar. Comenta que está sendo acusado de falta de respeito, mas que pode
616 entender que também faltou isso com o CAU, pois uma matéria dessa e o Conselheiro não se
617 sensibilizou de trazer a palavra, ficando em silêncio. O **PRESIDENTE** relata que o Conselheiro José
618 da Costa trouxe na época da sua notícia, espontaneamente a palavra na Plenária e se explicou e a
619 diferença é somente essa. Aponta que cabe aguardar o desfecho do processo na CAIXA e se
620 questionaram o CAU, já tem o respaldo que o Conselho foi obter notícias. Comenta que para a dúvida
621 de quem está falando a verdade, a CAIXA ou o Conselheiro e cabe ou o Conselheiro esclarecer ou o
622 Pleno verificar. Aponta que o que foi feito pela Diretoria era buscar informação e não obteve-se,
623 estando parado no momento e espera o processo. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que esse
624 processo é da CAIXA contra a sua empresa e que não foi acusado de nenhuma irregularidade
625 financeira ou coisa ilícita, cobrando apenas que através de um laudo técnico houve erro, que acabou
626 liberando verbas a mais para a Construtora. Aponta que foram 3 profissionais na sequência, sendo um
627 Concursado da CAIXA e a partir do momento que o fez, a obra andou no item habitação e no item
628 infraestrutura, não. O Conselheiro comenta que a Construtora agiu de má-fé, não solicitando mais e
629 quem solicitava de habitação, a CAIXA liberava a verba e somente após cancelar a obra e o contrato
630 que percebeu-se o erro. O Conselheiro **ALTAIR** acredita que a CAIXA teve uma parcela de culpa, pois
631 os Fiscais iam esporadicamente verificar, tendo apenas um profissional credenciado que ia
632 semanalmente fazer as medições. Aponta que a empresa está no seu nome e que a CAIXA já
633 mandou na Justiça com seu nome e o CNPJ e se tivesse mandado no nome da Construtora não
634 apareceria o seu nome, sem esse transtorno. Relata que na primeira matéria não apareceu seu nome,
635 pois realmente não participou e que não trouxe o problema, mas o CAU errou e que o Presidente
636 precisava de uma resposta para a mídia e o ter chamado. Comenta que em relação a pedir laudos e
637 documentações, não irá nem entrar nessa questão e que agora tem o seu depoimento. O Conselheiro
638 **ALTAIR** comenta que deveriam ter solicitado da Assessoria Jurídica uma orientação e que pode
639 enviá-la a Sinop/MT para solicitar a documentação e o **PRESIDENTE** comenta que as falas estão
640 sendo invertidas. O Conselheiro **ALTAIR** relata que a única questão é do Presidente admitir que esse
641 procedimento foi errado. O Conselheiro **FRANCISCO** comenta que muitas vezes é duro na questões,
642 pois não tem "jogo de cintura" para produzir um Ofício mais elegante e que sendo incisivo, na questão
643 dos documentos e dos termos usado, atribuí a essa falta de polidez política para solicitar uma
644 informação, não sendo as palavras que se queria reproduzir. O Conselheiro desculpa-se dos termos
645 do Ofício não terem sido mais polidos, em solicitar as informações. Aponta que no Conselho entende
646 como obrigação fazer esse tipo de questionamento com a CAIXA, até para defender se ela tivesse
647 apresentado algo não consistente. O Conselheiro **ALTAIR** questiona que se acontecer algum fato com
648 os demais Conselheiros, os mesmos não serão ouvidos, sendo enviados Ofícios apenas? O
649 **PRESIDENTE** comenta que isso não vem ao caso e o Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** solicita licença
650 para sair da reunião, em respeito pela dor e a ofensa que foi cometida contra o Conselheiro Altair e
651 repudia a atitude de quem não reconhece um erro, sendo algo horrível essa inquisição. O Conselheiro
652 **ALTAIR** parabeniza pelo final de ano que foi trazido ao Plenário e o Conselheiro **FRANCISCO** aponta
653 que a vida é feita de erros e acertos. O **PRESIDENTE** relata que vai fazer a finalização desse
654 incidente e na sua opinião há um exagero, uma inversão da ordem e que já foi claro não ser favorável
655 em fazer investigação na vida de Conselheiro e se existe uma dúvida que seja averiguada. Comenta
656 que não são diferentes, por serem Conselheiros e o respeito cabe a todos os profissionais e que
657 nenhum tipo de diálogo consegue ser encaminhado, se ofendem, saem da reunião. Aponta que
658 sempre é ofendido, que fica quieto, pois sabe o ônus que é estar na Presidência e que se em algum
659 momento tivesse tido uma campanha publicitária de não averiguar essa notícia, seria condenado
660 também. O **PRESIDENTE** relata que nunca barrou projeto de nenhum Conselheiro, haja vista os
661 trabalhos magníficos das Conselheiras Eliane e Waleska e que as outras Comissões tem
662 autonomia. Comenta que é uma injustiça citar ineficiência do Presidente e que conversa com os
663 Conselheiros, não tendo nenhuma intenção de boicotar ou fazer campanha política e que trabalha
664 com cuidado. O **PRESIDENTE** comenta que na primeira Gestão, 3 Conselheiros conseguiram minar e
665 destruí-la e na segunda Gestão são 2, mas está sendo resistente, está se desgastando para isso não
666 acontecer. Aponta que o Conselheiro Francisco admitiu que deveria ter tratado as coisas mais
667 politicamente, mas não invalida o ato na sua ausência. O **PRESIDENTE** aponta que gostaria que o
668 Eduardo Chiletto voltasse, mas percebe que há uma manobra para isso não acontecer. Comenta que
669 a questão do Conselho Diretor foi uma campanha para o Presidente e na primeira reunião o



668 Conselho Altair solicitou outra eleição para o Presidente. Aponta que se tivesse sido combinado
669 pelo mandado anual do Presidente, o próprio CAU/BR teria feito uma intervenção. O Conselheiro
670 **JOSÉ ANTÔNIO** retoma com as questões do CAU e comenta que em relação a anulação da lei do
671 Barreiro Branco, ilumina o assunto do bairro Sucuri e que em sua opinião, nenhum assunto deve ser
672 avançado antes da lei passar pelo Conselho ou não, pois estão querendo usá-lo para legitimar. Aponta
673 que essa aprovação foi um grande avanço. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que a outra
674 questão seria da revisão da tarifa dos ônibus e que trata-se de uma estratégia política lançar um
675 conjunto de notícia e criar uma celeuma, sem discutir o essencial que seria a planilha de cálculo.
676 Aponta que deve ser discutido na ARSEC, onde o CAU tem participação e que conseguiu essa
677 planilha que será encaminhada aos Conselheiros para análise. Comenta que esteve na UNEMAT, na
678 Semana de Arquitetura e que o evento merece destaque no CAU. Aponta que no próximo ano se
679 traga uma Palestrante para debate de assuntos de ponta na Arquitetura, como energia solar, materiais
680 recicláveis, teto verde, máscaras solares e outros. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que
681 nessas reuniões, o Jurídico deve sempre estar presente e agradece aos membros da CEPUA, da
682 Secretaria, dos Conselheiros pelo ano que passaram debatendo e construindo, sendo importante essa
683 discussões e que o próximo ano seja rico de discussões, sempre no sentido de construir. O
684 Conselheiro deseja um bom Natal a todos. O **PRESIDENTE** comenta que esses pontos são
685 importantes e que o evento do dia do Arquiteto será oportuno para falar sobre as tecnologias e os
686 recurso naturais da região, sendo importante esse debate. Nada mais havendo a relatar, o
687 Presidente **WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE** declara encerrada a reunião às
688 14:30h, lavrando-se a presente Ata a Assistente Administrativo **EVELIZE DA SILVA**
689 **BARBOSA**XX

Wilson Fernando Vargas de Andrade
Presidente do CAU-MT

Evelize da Silva Barbosa
Evelize da Silva Barbosa
Assistente Administrativo